



PARECER JURÍDICO

Procedimento Administrativo Licitatório nº: **2024.30.04.001**

Interessado: **Departamento de Licitações e Contratos Administrativos da Prefeitura Municipal de Viseu/PA.**

Agente de Contratação: **João Paulo Pinheiro Barros.**

Empresas Participantes: **COMERCIAL L Q SALDANHA EIRELI EPP, inscrita no CNPJ nº 24.049.957/0001-90; R C MARTINS COMÉRCIO LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 18.175.732/0001-88; MEIO A MEIO VISEU LTDA, inscrita no CNPJ nº 26.862.636/0001-36; SILVA DOS REIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 13.806.276/0001-03; L COSTA G RAMOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 33.724.724/0001-37; GN COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI, inscrita no CNPJ nº 18.659.534/0001-90; P R S DE CASTRO EIRELI, inscrita no CNPJ nº 36.620.827/0001-45; AHCOR COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 37.556.213/0001-04; J BRASIL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 29.243.087/0001-00; R MASTER COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 26.892.930/0001-90; PARETTO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA, inscrita no CNPJ nº 48.366.020/0001-07; R C R COUTINHO LTDA, inscrita no CNPJ nº 11.215.772/0001-67; RCS IMPULSE REPRESENTAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 48.278.735/0001-08.**

Assunto: **Análise e emissão de parecer conclusivo acerca do processo licitatório Pregão Eletrônico nº 003/2024, cujo objeto consiste na aquisição de gêneros alimentícios para atender o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e Programa Estadual de Alimentação – PEAÉ da rede pública de ensino do município de Viseu/PA.**

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA. AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE E PROGRAMA ESTADUAL DE ALIMENTAÇÃO – PEAÉ DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE VISEU/PA. CRITÉRIO DE JULGAMENTO MENOR PREÇO. EXAME PRÉVIO. MINUTA DO EDITAL E DE CONTRATO. FASE EXTERNA. LEI Nº 14.133/2021. PELO PROSSEGUIMENTO.

I – Licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, cujo objeto consiste na aquisição de gêneros alimentícios para atender o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e Programa Estadual de Alimentação – PEAÉ da rede pública de ensino do município de Viseu/PA.

II – Fase Preparatória. Minuta de contrato e de edital. Legalidade e Possibilidade. Lei nº 14.133/2021. Existência de Parecer Jurídico favorável ao prosseguimento do certame. Possibilidade.

III – Demais Fases (art. 17, II a VII da Lei nº 14.133/2021). Pelo prosseguimento, com observância do constante no presente parecer.

01. RELATÓRIO

1. Por intermédio do Ofício nº 435/2024, o Agente de Contratação, dando prosseguimento ao trâmite processual, encaminha a este órgão de assessoramento jurídico o presente processo para análise das fases constantes nos incisos II a VII, do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, referente ao processamento do procedimento licitatório Pregão Eletrônico nº 003/2024, cujo objeto consiste na aquisição de gêneros alimentícios para atender o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e Programa Estadual de Alimentação – PEAÉ da rede pública de ensino do município de Viseu/PA.



Lei n 14.133/2021

Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:

I - preparatória;

II - de divulgação do edital de licitação;

III - de apresentação de propostas e lances, quando for o caso;

IV - de julgamento;

V - de habilitação;

VI - recursal;

VII - de homologação.

2. Em estrita observância aos preceitos legais, observa-se que a fase preparatória do certame observou a forma dos atos essenciais ao prosseguimento do feito, conforme Parecer Jurídico existente nas folhas 385 a 397, que entendeu pela regularidade da referida fase do processo administrativo.

3. Desta feita, passa-se a analisar os demais atos e fases, numerados a partir da folha 398.

4. Em complementação aos atos preparatórios, encontram-se às fls. 399 a 405, os seguintes documentos:

- a) Ofício nº 326/2024-DLCA, solicitando a Declaração de Adequação Orçamentária e Autorização de Abertura do processo licitatório;
- b) Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira;
- c) Autorização de Abertura do Processo Licitatório;
- d) Termo de Autuação de Processo Administrativo.

5. Não foi encontrado nos autos do processo licitatório em análise o decreto de nomeação do Agente de Contratação.

6. Encontramos encartados aos autos o Edital e anexos da licitação Pregão Eletrônico nº 003/2024, às fls. 407 a 495.

7. Conforme disposto no inciso II do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, foi realizada a publicação do aviso de licitação do Pregão Eletrônico nº 003/2024, no dia 20 de maio de 2024, no Diário Oficial da União, Seção 3, nº 96, página 203, no Diário Oficial do Estado do Pará, nº 35.824, página 120, no Jornal "Diário do Pará", Caderno Economia e no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Pará, nº 3500, página 148, conforme fls. 498, 499, 500, 501, 502 e 503, respectivamente.

8. Verifica-se às fls. 505 dos autos do processo, o Memorando nº 100/2024, no qual o Agente de Contratação solicita ao Departamento de Pesquisa de Preços ajuste do item referente ao leite em pó integral, pois apresentava divergência na unidade para aquisição, enquanto a solicitação versa sobre embalagens em quilograma (kg) o mapa comparativo traz embalagens de 200 gramas.

9. Em resposta a solicitação acima descrita o Departamento de Pesquisa de Preços encaminha ao Departamento de Licitações e Contratos, o Memorando nº 009/2024-DPP/SEGP, fls. 507 dos autos, no qual informa que foi verificada a divergência entre unidades de diversos itens e por este fato, foi necessário realizar nova pesquisa de preços e elaboração de novo mapa comparativo.



10. Encontram-se encartados aos autos, às fls. 508 a 685, nova pesquisa de preços, bem como o novo mapa comparativo.
11. Observa-se às fls. 687 a 705, documento assinado pelo Agente de Contratação contendo Errata do Edital.
12. Conforme disposto no inciso II do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, foi realizada a publicação do novo aviso de licitação do Pregão Eletrônico nº 002/2024, no dia 03 de junho de 2024, no Diário Oficial da União, Seção 3, nº 104, página 306, no Diário Oficial do Estado do Pará, nº 35.840, página 149 e no Jornal “Diário do Pará”, Caderno Economia, B14, conforme fls. 707, 708, 709 e 710, respectivamente.
13. Vislumbra-se às fls. 712, relatório de pedidos de esclarecimento realizados por interessados.
14. No que diz respeito ao inciso III do artigo 17 da Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC, verifica-se que 13 (treze) empresas apresentaram propostas para participação no certame, conforme relatório de proposta registradas às fls. 714 a 826, bem como na Ata de Propostas, às fls. 835 a 850.
15. Seguindo a ordem documental do processo, nota-se que foram desde logo acostados os documentos referentes a proposta e habilitação das seguintes empresas: RCS IMPULSE REPRESENTAÇÕES LTDA (fls. 866 a 912), AHCOR COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (fls. 914 a 1108), GN COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI (fls. 1110 a 1299), L COSTA G RAMOS LTDA (fls. 1301 a 1586), R MASTER COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (fls. 1588 a 1701) e MEIO A MEIO VISEU LTDA (fls. 1703 a 1778).
16. Em análise da Ata Final, constante às fls. 1912 a 2044, observou-se que as fases constantes nos incisos III a IV do artigo 17 do Estatuto de Licitações e Contratos, foram devidamente observadas, quais sejam, envio apresentação das propostas e documentos de habilitação, abertura da sessão e envio de lances, negociação e julgamento das propostas para então, seguir à análise dos documentos de habilitação acostados pelas empresas licitantes.
17. Observa-se que as propostas foram analisadas sendo em seguida iniciada a fase de Lances e posteriormente a abertura do processo.
18. Verifica-se que a sessão foi finalizada no dia 10/07/2024, sendo declaradas habilitadas e vencedoras para os itens licitados, as seguintes empresas: **AHCOR COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 37.556.213/0001-04; GN COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI, inscrita no CNPJ nº 18.659.534/0001-90; L COSTA G RAMOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 33.724.724/0001-37.**
19. Após isto, vieram os autos para esta Procuradoria Jurídica, para análise.
20. É o relatório.

02. DA COMPETÊNCIA DA PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL.

21. Preliminarmente, cumpre destacar que compete a essa procuradoria, única e exclusivamente, prestar consultoria, sendo este parecer meramente opinativo, sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos a conveniência e oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados à esfera discricionária do administrador



público legalmente competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira, salvo hipóteses teratológicas.

22. Dito isso, a presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, incisos I e II do § 1º e § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC):

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

(...)

§ 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas, acordos termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos.

23. Sendo assim, passa-se à análise de conformidade dos atos referentes as fases constantes nas alíneas II a VI do artigo 17 da Lei nº 14.133/2021.

03. FUNDAMENTAÇÃO.

24. Como sabido, o procedimento licitatório tem como intuito auxiliar a Administração Pública a selecionar as melhores propostas para aquisição de bens e serviços destinados ao atendimento do interesse público.

25. A Constituição Federal determina em seu art. 37, inciso XXI, a obrigatoriedade de as contratações de obras, serviços, compras e alienações da Administração Pública serem precedidas de licitação, ressalvados os casos especificados na legislação. Assim, no exercício de sua competência legislativa, a União editou a Lei nº 14.133/2021, que versa sobre as normas atinentes aos procedimentos licitatórios e contratos com a Administração Pública.

26. Conforme dispõe a NLCC, em seu art. 11, incisos I a IV, o processo licitatório tem por objetivos seleção da proposta mais vantajosa para a administração, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis ou superfaturados e incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;



IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

*Parágrafo único. A alta administração do órgão ou entidade é responsável pela governança das contratações e deve implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, com o intuito de alcançar os objetivos estabelecidos no **caput** deste artigo, promover um ambiente íntegro e confiável, assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações.*

27. Como regra a Administração Pública para contratar serviços, ou adquirir produtos, ou produtos e serviço, encontra-se obrigada a realizar previamente processo administrativo de licitação, conforme previsto no art. 37, inciso XXI da CF/88 e art. 2º da Lei nº 14.133/2021, como se pode ver da transcrição da redação dos dispositivos ora citados:

Constituição Federal

“Art. 37. (...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Lei nº 14.133/2021

Art. 2º Esta Lei aplica-se a:

I - alienação e concessão de direito real de uso de bens;

II - compra, inclusive por encomenda;

III - locação;

IV - concessão e permissão de uso de bens públicos;

V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados;

VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia;

VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação.

28. Essa obrigatoriedade de licitar funda-se em dois aspectos: o primeiro é estabelecer um tratamento igualitário entre os interessados em contratar, como forma de realização do princípio da impessoalidade, da isonomia e da moralidade; e o segundo revela-se no propósito do poder Público de alcançar a proposta que lhe seja mais vantajosa.

29. Além dos princípios acima citados a NLLC, em seu artigo 5º estabelece que na aplicação do referido diploma legal devem ser observados outros princípios, a saber:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim



como as disposições do [Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 \(Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro\)](#).

30. A Licitação, portanto, é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona proposta mais vantajosa para a contratação de objetos que atendam ao interesse e necessidade, de modo a contemplar a moralidade pública e todos os ditames constitucionais sagrados no artigo 37, caput e incisos, da Constituição Federal.

31. Dessa forma, permite-se que o Poder Público possa escolher, dentre as propostas apresentadas, qual é a mais vantajosa para si, isto é, para o interesse público, e ainda, permite amplamente a todos a igualdade de condições, sem distinções, usufruir do seu direito de participar dos contratos que o Poder Público celebra. É assim que se observa que se coíbe que os agentes públicos venham a impor interesses pessoais, o que acarretaria prejuízo para a sociedade em geral.

32. Cumpre destacar que cabe a esta assessoria jurídica prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe sendo atribuída análise concernente à conveniência e oportunidade administrativa. A análise jurídica se atém, portanto, tão somente às questões de observância da legalidade dos atos administrativos que precedem a solicitação do parecer jurídico, para aferição de consonância dos atos praticados com o regramento vigente.

03.1 DAS FASES EXTERNAS DO PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA.

33. Primeiramente cumpre salientar que no processo em comento a análise do presente é restrita aos parâmetros determinados pela legislação atinente à temática, qual seja, a Lei nº 14.133/2021.

34. O referido diploma legal estabelece, em seu artigo 17, quais são as fases a serem observadas após o ato preparatório, sendo que estas estão dispostas nos incisos II a VII do dispositivo.

Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:

I - preparatória;

II - de divulgação do edital de licitação;

III - de apresentação de propostas e lances, quando for o caso;

IV - de julgamento;

V - de habilitação;

VI - recursal;

VII - de homologação.

35. No tocante ao cumprimento do disposto no inciso II do artigo acima descrito, observa-se que a publicação se realizou conforme o que preconiza o artigo 54, § 1º, sendo respeitado o prazo de 8 (oito) dias, contados a partir do aviso de publicação do edital até a realização da sessão pública, para apresentação da proposta e lances, conforme dispõe o artigo 55, inciso I, alínea "a":

Art. 54. A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

§ 1º Sem prejuízo do disposto no caput, é obrigatória a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles, bem como em jornal diário de grande circulação.



Art. 55. Os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, são de:

I - para aquisição de bens:

a) 8 (oito) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto;

36. Em análise da ata presente aos autos, verifica-se que os procedimentos transcorreram dentro da normalidade, com participação ativa das empresas, o que evidencia êxito na concorrência e na publicidade dos atos e atendimento aos princípios licitatórios, o que satisfaz os interesses da administração pública para a obtenção da proposta mais vantajosa.

37. Portanto, verifica-se que os procedimentos transcorreram dentro da normalidade, assim como o registro das propostas, apresentação de documentos de aceitabilidade de proposta, abertura da fase de disputa de lances, com a declaração de vencedor no item licitado, bem como o envio e análise de documentos de habilitação pela Agente de Contratação e ainda a concessão de prazo para eventuais recursos.

38. Tendo em vista o disposto no art. 8º da Lei nº 14.133/2021, cabe ao Agente de Contratação conduzir o certame e analisar os documentos encaminhados pelas licitantes, senão vejamos:

Art. 8º A licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

39. Desta feita, sabe-se que a licitação objetiva garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, sem esquecer de observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiente e os demais constantes do artigo 5º da NLLC, visando a garantia do interesse público, o que entende-se atendida na conformidade do que fora analisado no presente parecer, sagrando-se vencedoras do presente certame as empresas: **AHGOR COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA, GN COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI e L COSTA G RAMOS LTDA**, pois cumpriu todos os requisitos editalícios, oferecendo os melhores preços, conforme valores constantes tanto nas atas quanto nas propostas referidas nos autos.

40. No mais, verifica-se do inteiro teor da Ata da sessão, que os atos praticados não possuem vício formal ou material cuja relevância comprometa a regularidade jurídica do certame, estando todos os atos praticados devidamente motivados oportunamente pelos agentes responsáveis pela condução do procedimento concorrencial.

41. Ante todo o exposto, tem-se que processo teve um valor final total de R\$ 2.705.629,80 (dois milhões, setecentos e cinco mil, seiscentos e vinte e nove reais e oitenta centavos), portanto, abaixo do valor de referência, qual seja, R\$ 3.270.775,54 (três milhões, duzentos e setenta mil, setecentos e setenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos), o que representa uma economia de aproximadamente 17,27% (dezessete vírgula vinte e sete por cento), demonstrando um resultado de acordo com o interesse público e os princípios licitatórios.



04. CONCLUSÃO.

42. Sendo assim, conclui-se, salvo melhor juízo, presentes os pressupostos de regularidade jurídica dos autos, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise dessa Procuradoria Jurídica, diante da documentação acostada aos autos, esta Assessoria Jurídica opina pela **HOMOLOGAÇÃO** pela autoridade competente, após manifestação da Controladoria Interna do Município, para que haja a continuidade do presente Pregão Eletrônico, haja vista a ausência de óbice jurídico para tanto.

43. Retornem os autos ao Agente de Contratação.

44. Viseu/PA, 15 de julho de 2024.

Procurador Geral do Município de Viseu-PA
Agérico H. Vasconcelos dos Santos
Decreto nº. 13/2023